



Comissão
Europeia



Simplificação

da Política de Coesão para 2014-2020

Índice

Introdução	2
O que é a simplificação?	3
Como cumprir os objetivos de simplificação?	4
Quais são as propostas da Comissão?	5
1 • Harmonização das regras com outros Fundos do Quadro Estratégico Comum (QEC)	5
2 • Maior flexibilidade na configuração de programas e sistemas	6
3 • Maior proporcionalidade	7
4 • Segurança jurídica por via de regras mais claras	8
5 • Execução mais eficiente e comunicações mais simples	9
6 • Redução da carga administrativa no que toca aos beneficiários	10
7 • Na direção de uma gestão baseada em resultados: o Plano de Ação Conjunta	11
8 • e-Coesão	13
9 • Simplificação da Cooperação Territorial Europeia	14
10 • Simplificação do Fundo Social Europeu	15
A simplificação é uma responsabilidade conjunta	16
De que modo saberemos se fomos bem-sucedidos?	17
O que posso fazer?	18
Sugestões da Comissão sobre como manter a simplicidade	19

Em outubro de 2011, a Comissão Europeia procedeu à apresentação de propostas no âmbito da política de coesão para 2014-2020. Atualmente, as propostas estão a ser objeto de negociação com o Conselho da União Europeia e o Parlamento Europeu com vista à obtenção de um acordo atempado que facilite a introdução sem sobressaltos dos novos programas. A 8 de fevereiro, a Comissão adotou uma Comunicação dedicada à simplificação, enumerando os principais elementos de simplificação por área da política e pretende acompanhar a taxa de execução das leis finais. A Comissão gostaria de chamar a atenção das partes interessadas para os aspetos fundamentais da simplificação incluídos nas propostas regulamentares. Alguns destes aspetos fundamentam-se em alterações anteriores introduzidas no período 2007-2013, enquanto outros constituem propostas novas para o período seguinte. Tendo em conta que a execução da política depende de numerosas autoridades, organizações, empresas, etc., no conjunto da União Europeia, é necessário haver uma consciencialização sobre as novas possibilidades de modo a garantir que todos possam beneficiar da redução da burocracia.

Foi apresentada às autoridades dos Estados-Membros uma descrição exaustiva e técnica de todas as propostas de simplificação incluídas nos regulamentos, após o que serão debatidas pormenorizadamente durante as negociações. Tendo em conta os preparativos para o próximo período, a presente brochura explica aos beneficiários e às autoridades de gestão as principais melhorias práticas em termos de simplificação.

O que é a simplificação?

A simplificação tem sido uma das exigências mais comuns para a nova política de coesão e a Comissão está muito interessada em ir ao encontro desta expectativa. Todavia, tornou-se claro que, devido à diversidade de experiências e diferenças na organização administrativa nacional, o que em certos Estados-Membros pode ser considerado um processo de simplificação, pode ser visto como um processo de complicação noutros. Este facto coloca o desafio de se tentar encontrar um terreno comum suficiente e combiná-lo com flexibilidade de modo a simplificar a gestão da política de coesão.

Para a Comissão, o valor da simplificação reside em vários aspetos. É necessária para garantir a **execução sem sobressaltos** da política e um interesse permanente por parte dos beneficiários. Pode ter um **impacto positivo nos resultados** da política ao garantir uma distribuição eficiente do esforço administrativo necessário à escala nacional, regional e da UE, reduzindo o tempo e os custos do cumprimento dos objetivos e permitindo uma concentração na obtenção de resultados. Com a implementação de regras mais simples, que sejam compreendidas com mais facilidade pelos intervenientes envolvidos, reforçando, desse modo, a **segurança jurídica**, a simplificação pode igualmente ajudar a **reduzir os erros e aumentar a garantia** dada pelos sistemas de execução nacionais.

Como referido a seguir, a simplificação assume muitas formas, sendo algumas delas explícitas e diretas, enquanto outras são opcionais ou poderão carecer de transposição para as regras nacionais. A Comissão propõe que os objetivos de simplificação sejam cumpridos com recurso a diferentes métodos, tais como a harmonização de regras relativas a vários fundos, o aumento da flexibilidade, o aumento da proporcionalidade, a clarificação das regras para promoção da segurança jurídica e digitalização de documentos e processos.

Como cumprir os objetivos de simplificação?

Não será possível conseguir-se o pleno efeito pretendido com a simplificação tendo apenas como base as propostas da Comissão. Os Estados-Membros, assim como todas as autoridades envolvidas, têm um papel fundamental a desempenhar com vista a que os beneficiários sintam os resultados da concretização da simplificação. Os Estados-Membros são incentivados a aproveitar ao máximo todas as opções e a flexibilidade que o novo quadro apresenta, e a realizar as melhores escolhas tendo em conta as suas condições específicas. A Comissão apoia o esforço desenvolvido pelos Estados-Membros e regiões no que respeita à adoção de boas práticas e à não promulgação de mais legislação nacional ou regional sempre que isso for desnecessário. Paralelamente, os efeitos plenos da simplificação poderão depender da organização administrativa à escala nacional e regional e, por isso, serem mais significativos em certos Estados-Membros que noutros.

O principal objetivo subjacente às propostas da Comissão é a redução da carga administrativa enfrentada pelos beneficiários. Alguns elementos da simplificação reduzem o esforço administrativo a todos os níveis, enquanto outros destinam-se às administrações nacionais e regionais. Em certos casos, é necessário que a administração pública invista em novos sistemas de informação, procedimentos e formação para garantir que a simplificação seja sentida pelos beneficiários.

A experiência tem também demonstrado que, por vezes, são cometidos erros porque embora as regras de períodos de programação anteriores sejam alteradas, as autoridades de gestão ou os beneficiários continuam a aplicar as regras antigas no novo período de programação. Por esta razão, muitas partes interessadas mostraram-se cautelosas face a uma revisão radical das regras. Este facto deve ser ponderado, devendo igualmente ser tomadas todas as medidas possíveis no sentido de garantir uma transição sem sobresaltos entre um período e outro. As propostas da Comissão levam em conta este aspeto ao propor apenas alterações que apresentem simplificação na prática.

Quais são as propostas da Comissão?

1 • Harmonização das regras com outros Fundos do Quadro Estratégico Comum (QEC) ⁽¹⁾

O regulamento estabelece regras comuns para a política de coesão, a política de desenvolvimento rural e a política para os assuntos marítimos e pescas em termos de planeamento estratégico, elegibilidade e durabilidade. Paralelamente, será reduzido o número de documentos estratégicos, passando a haver apenas um documento estratégico da UE e um documento estratégico nacional para os Fundos do QEC.

Exemplo • Harmonização das regras sobre elegibilidade e durabilidade

No que se refere ao período de 2007-2013, há casos em que são aplicadas regras de elegibilidade diferentes aos Fundos do QEC para tipos de projetos idênticos. Isto significa que os beneficiários que se candidatam e recebem financiamento de fontes diversas têm necessidade de se familiarizar com vários conjuntos de regras, o que implica consumo de tempo e esforço acrescido. Nos casos em que há muitas regras paralelas, torna-se igualmente mais fácil cometer erros de que resultam consequências financeiras para os beneficiários. A proposta para o período de 2014-2020 define regras de elegibilidade comuns para os Fundos do QEC com vista a reduzir esta complexidade. Estas regras a nível da UE deverão ser complementadas por regras nacionais, que sigam o mesmo princípio.

1

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo de Coesão (FC), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP).

2 • Maior flexibilidade na configuração de programas e sistemas

Com vista a permitir flexibilidade na configuração das disposições nacionais e regionais, a implementação dos Fundos do QEC deverá ter lugar a nível territorial adequado, em conformidade com o quadro administrativo do Estado-Membro. Com vista a proporcionar uma maior flexibilidade, são introduzidas várias novas opções, a saber: Os Estados-Membros e as regiões podem planear o FEDER, o FSE e o FC, em conjunto ou em programas operacionais independentes, ajustar a dotação de verbas até um máximo de 2% entre categorias de regiões, acertar o financiamento de um projeto a partir de vários instrumentos financiados pela UE, financiar atividades de assistência técnica horizontal a partir de um Fundo e proceder à fusão das funções das autoridades de gestão e de certificação. Têm igualmente a liberdade de constituir comités de acompanhamento conjuntos e reuniões de análise anuais para os programas financiados a partir dos Fundos do QEC. A elegibilidade do equipamento do FSE facilitará igualmente um planeamento integrado a nível do projeto.

Exemplo • Programação flexível dos Fundos

As regras do período de 2007-2013 preveem programas independentes para o FSE e o FEDER o que, em certas regiões, pode complicar um planeamento coerente dos investimentos mesmo que para outras regiões seja mais fácil. No período de 2014-2020, os Estados-Membros terão a opção de elaborar e implementar programas monofundo ou multifundo, conjugando o FEDER, o FSE e o FC, de acordo com as práticas nacionais respetivas. A constituição de comités de acompanhamento conjuntos e sistemas de acompanhamento e comunicação conjuntos pode proporcionar reduções de custos às autoridades nacionais. O planeamento conjunto facilitará uma abordagem integrada à execução da política de coesão. Paralelamente, a programação integrada é facilitada com a possibilidade de se utilizar diferentes ferramentas, como Investimentos Territoriais Integrados, Desenvolvimento Local Orientado para a Comunidade ou a possibilidade de um projeto vir a ser apoiado por vários Fundos.

3 • Maior proporcionalidade

Todas as disposições que versem a implementação e utilização dos Fundos do QEC, relativamente à comunicação, avaliação, gestão e controlo, devem ser proporcionais, em termos financeiros e administrativos, a nível do apoio concedido. A Comissão e o Estado-Membro poderão acordar na não realização de uma reunião de análise anual. Considerando que o lançamento dos programas leva algum tempo, o primeiro relatório de implementação e os documentos de apuramento anual das contas terão de ser enviados apenas em 2016.

A aplicação de métodos de amostragem baseados em riscos para controlos por parte da autoridade de gestão possibilitará uma utilização mais eficiente dos recursos. O trabalho de fiscalização da Comissão concentrar-se-á igualmente nas áreas com maior propensão para o risco. No caso das autoridades de fiscalização que funcionam bem, a Comissão limitará a sua fiscalização sempre que os sistemas de execução funcionem corretamente. A proposta limita igualmente a intensidade das fiscalizações dos projetos; por exemplo, os projetos com um valor inferior a 100 000 euros podem ser fiscalizados apenas uma vez antes do encerramento, enquanto os outros são fiscalizados uma vez por ano.

Exemplo • As operações inferiores a 100 000 euros só podem ser fiscalizadas uma vez

No que respeita ao período de 2007-2013, um projeto de qualquer dimensão pode ser objeto de fiscalização por qualquer autoridade de fiscalização, por parte dos fiscais da Comissão ou do Tribunal de Contas em qualquer fase da sua vigência (e até 10 anos após a sua conclusão). A repetição de fiscalizações pode dar origem a uma carga administrativa significativa para os beneficiários.

As alterações previstas para o período de 2014-2020 introduzem uma redução das fiscalizações por parte da autoridade de fiscalização e da Comissão. As operações cujas despesas elegíveis totais não ultrapassam 100 000 euros não estarão, regra geral, sujeitas a mais do que uma fiscalização por parte da autoridade de fiscalização ou da Comissão durante a sua vigência (salvo se houver provas de um risco específico). Esta medida eliminará a possibilidade de os beneficiários de projetos de menores dimensões terem de enfrentar várias fiscalizações e, desse modo, afastá-los das principais atividades do projeto.

4 • Segurança jurídica por via de regras mais claras

Regras claras e diretas podem ser uma excelente fonte de simplificação. Com base na experiência anterior, foram reajustadas várias regras do período de 2007-2013 com vista a obter-se clareza. No próximo período, é possível disponibilizar um maior número de tipos diversificados de instrumentos financeiros, ao mesmo tempo que serão introduzidas mais regras normalizadas com vista a reduzir a necessidade de elaborar regras nacionais. As condições ao abrigo das quais passa a ser possível financiar projetos fora do âmbito do programa são objeto de clarificação. Foi acrescentada uma abordagem de taxa fixa opcional às regras sobre geração de receitas.

Exemplo • Projetos geradores de receitas

O sistema do período de 2007-2013 relativo aos projetos geradores de receitas isenta o FSE, assim como projetos FEDER e FC mais pequenos (inferiores a 1 milhão de euros). Todavia, no que respeita aos restantes projetos, o sistema é muito complexo, começando pela exigência de se apresentar um cálculo e uma previsão das eventuais receitas, seguindo-se a apresentação de relatórios, por parte do beneficiário, durante cinco anos após o final do projeto, acompanhados de controlos por parte da autoridade de gestão.

A proposta para o período de 2014-2020 estabelece uma abordagem mais proporcional ao tratamento de projetos geradores de receitas e simplifica a sua gestão. Prevê taxas fixas para determinar os custos que os Fundos relacionados com o tipo de projeto podem suportar. Os Estados-Membros podem decidir se pretendem aplicar a taxa fixa ou, em alternativa, podem ainda optar pelo método anterior de análise de défice de financiamento se considerarem que a taxa fixa não é adequada.

A isenção mantém-se em vigor relativamente a todos os projetos do FSE e aos do FEDER, FC, FEADER e FEAMP com um montante inferior a 1 milhão de euros para limitar os encargos associados a estas obrigações.

5 • Execução mais eficiente e comunicações mais simples

Em diversos casos, a simplificação acabará por dar origem a uma redução direta dos custos administrativos. A concentração em indicadores comuns principais facilitará a agregação de dados e relatórios sobre os resultados a nível da UE. A apresentação de relatórios anuais mais simples e mais automatizados fará diminuir o esforço de elaboração do relatório anual, enquanto o controlo de adicionalidade se fundamentará nos dados submetidos para supervisão económica do Pacto de Estabilidade e Crescimento. A intenção da Comissão é garantir uma comunicação proporcional por parte das autoridades de gestão, limitando-a aos elementos essenciais.

Exemplo • Apresentação de relatórios anuais mais simples e automatizados

No período de 2014-2020, os relatórios anuais regulares passam a ser significativamente mais simples que no período de 2007-2013, apresentando-se à Comissão apenas os dados essenciais sobre o progresso realizado. O primeiro relatório anual seria apresentado apenas em 2016 e consistiria, em grande medida, em dados disponibilizados automaticamente a partir do sistema de informação e menos em texto redigido. Apenas em duas ocasiões durante o período de programação (e para o relatório de implementação final) seriam as autoridades de gestão obrigadas a submeter relatórios mais exaustivos.

6 • Redução da carga administrativa no que toca aos beneficiários

A carga administrativa dos beneficiários será reduzida devido a um maior leque de possibilidades de utilização de custos simplificados ao mesmo tempo que mantém as opções de custos simplificados introduzidos já no período de 2007-2013. Com a introdução do encerramento parcial, o período de retenção de documentos será encurtado do atual máximo de mais de 10 anos para cerca de cinco. Uma abordagem integrada do desenvolvimento local orientado para a comunidade permitirá igualmente a utilização de procedimentos mais simples.

Exemplo • Maiores possibilidades para custos simplificados

Introduzidas no período de 2007-2013, as opções de reembolso de custos simplificados oferecem a possibilidade de reduzir a carga associada à gestão financeira, controlo e fiscalização, tanto no que respeita aos beneficiários como às autoridades nacionais e regionais. Além disso, permitem um aumento da orientação do desempenho da política de coesão, porque o pagamento de montantes fixos e custos unitários, em particular, poderá depender da execução da produção ou resultados acordados.

No período de 2014-2020, a Comissão propõe a manutenção e o alargamento dos atuais esquemas de aplicação dos métodos de custos simplificados de modo a reduzir a carga administrativa:

- os custos simplificados podem ser aplicados aos cinco Fundos do QEC;
- os atuais métodos de fixação dos custos simplificados mantêm-se;
- algumas das taxas fixas, custos unitários e montantes fixos são fixados a nível da UE;
- o subsídio máximo para montantes fixos será aumentado para 100 000 euros;
- a utilização de taxas fixas será permitida relativamente a vários custos; e
- é possível utilizar as opções de custos simplificados dos atuais instrumentos de financiamento da UE e nacionais para tipos idênticos de projetos.

Os Estados-Membros podem escolher a opção que melhor se adapte a um programa específico ou uma parte específica do programa entre os conjuntos de métodos diferentes, tendo em conta os custos e os benefícios de cada opção.

7 • Na direção de uma gestão baseada em resultados: o Plano de Ação Conjunta

Um Plano de Ação Conjunta (PAC) faz parte de um ou vários eixos prioritários, ou de programas operacionais, implementados por uma abordagem baseada nos resultados, com vista à obtenção de objetivos específicos acordados em conjunto entre o Estado-Membro e a Comissão. O PAC é uma ferramenta que faz inclinar a ênfase da gestão mais para a produção e os resultados. As áreas onde pode ser de aplicação não estão definidas, mas pode abranger a assistência técnica, assim como uma integração sustentável de jovens no emprego. O critério de utilização de um PAC significará a possibilidade de se definir objetivos fiáveis de produção e resultados.

A gestão financeira do PAC baseia-se em exclusivo na produção e resultados, com reembolso efetuado por via de escalas normalizadas de custos unitários ou montantes fixos aplicáveis a todos os tipos de projetos. As fiscalizações levadas a cabo pela Comissão e autoridades de fiscalização a um PAC terão como objetivo exclusivo a verificação do cumprimento das condições de reembolso, por exemplo, a obtenção da produção e resultados acordados. Quando se utiliza um PAC, o Estado-Membro poderá aplicar as suas regras financeiras normais para proceder ao reembolso dos projetos. Estas regras não estarão sujeitas a fiscalização por parte da autoridade de fiscalização ou da Comissão. Com vista a proporcionar segurança jurídica, o PAC é aprovado pela Comissão.

Exemplo • Um Plano de Ação Conjunta sobre a inclusão de jovens no emprego

O objetivo em termos de resultados deste PAC é a integração sustentável de 10 000 jovens desempregados nas empresas.

O PAC terá a duração de três anos e dará apoio a diversos tipos de ações coordenadas que darão origem a produção e resultados. O PAC abrangerá os seguintes tipos de ações:

- Seleção de 15 000 jovens desempregados e definição de vias de progressão até ao respetivo emprego. O PAC teria um reembolso à taxa de 200 euros/pessoa.
- Formação em competências básicas para 10 000 pessoas, reembolsada ao PAC: 2 000 euros/pessoa.
- Formação profissional para 13 500 pessoas, reembolsada ao PAC: 2 500 euros/pessoa + 500 euros/pessoa que obtenha aprovação final.
- Um projeto que visa apoiar uma rede entre empregadores, institutos de formação profissional e serviços de emprego, reembolsado ao PAC como montante fixo de 200 000 euros/ano se a rede estiver ativa.
- Tutoria no emprego, reembolsada com base no número de jovens desempregados que são empregados durante mais de seis meses, reembolsada ao PAC: 550 euros/pessoa com um objetivo de 10 000 pessoas.

[↑ Início](#)

O orçamento máximo para o PAC seria de 54,6 milhões de euros, a pagar de acordo com a produção e resultados obtidos. A gestão financeira baseia-se em exclusivo na produção e resultados obtidos, sendo justificada com os diferentes montantes fixos e escalas normalizadas de custos unitários e o número de pessoas que participam nas diferentes ações. Estes elementos financeiros são aprovados pela Comissão.

8 • e-Coesão

A e-Coesão constitui uma área com um grande potencial para a redução da carga administrativa. Permite que os beneficiários façam apresentações às autoridades dos programas e armazenem todas as informações de forma eletrónica, e utilizem os dados existentes nos registos públicos. Deste modo, reduz-se os problemas relacionados com a retenção de dados, os erros na introdução de dados e a carga de submeter os documentos mais do que uma vez.

Exemplo • Submeter e guardar documentos

Durante a implementação da assistência, frequentemente, os beneficiários têm de apresentar um grande número de documentos. Muitos destes documentos estão disponíveis nos arquivos de outros organismos públicos, mas o sistema atual não permite de forma sistemática um intercâmbio de dados entre as autoridades públicas.

A proposta de 2014-2020 da Comissão prevê uma utilização máxima das bases de dados existentes, assim como o desenvolvimento de interfaces e outras ferramentas de modo a permitir que os beneficiários submetam dados apenas uma vez e guardem todos os documentos em formato eletrónico.

No caso de aplicação, estas alterações reduziriam os erros na introdução de dados e diminuiriam a carga administrativa do lado dos beneficiários em termos de obtenção e reenvio de documentos existentes. Paralelamente, reduziriam os riscos de perda de documentos e, a longo prazo, baixariam os custos de arquivamento.

9 • Simplificação da Cooperação Territorial Europeia

Foi proposto um regulamento independente que tem em conta disposições personalizadas e disponibiliza às autoridades que implementam a Cooperação Territorial Europeia (CTE) uma apresentação clara das regras aplicáveis. Os desenvolvimentos principais abrangem a possibilidade de cobertura de 15 % dos custos de pessoal com o pagamento de uma taxa fixa, regras de elegibilidade mais harmonizadas e a fusão das funções da autoridade de gestão e da autoridade de certificação.

Exemplo • Custos de pessoal

A proposta da Comissão relativa ao regulamento da CTE estabelece que os custos de pessoal de uma operação poderão ser calculados como uma taxa fixa de um máximo de 15 % dos custos diretos.

Os programas da CTE são complexos porque, normalmente, envolvem pessoal de mais do que um país. A nova proposta pode ser útil em termos de simplificação da implementação dos programas e projetos da CTE (especialmente no que toca aos recursos humanos dedicados à gestão dos projetos) e deverá reduzir a carga administrativa. Na prática, isto significaria que deixaria de ser necessário justificar os custos indiretos na base de faturas individuais e mapas de serviço.

10 • Simplificação do Fundo Social Europeu

No que se refere ao Fundo Social Europeu, são propostas possibilidades específicas de simplificação tendo em conta a sua natureza (numerosos subsídios menores, despesas estratégicas constituídas por custos de pessoal, tipos de projetos relativamente normalizados). O principal desenvolvimento inclui possibilidades acrescidas em termos de custos simplificados.

Exemplo • Custos de pessoal e procedimento mais simples para pequenos subsídios

Grande parte das despesas suportadas no âmbito de um projeto do FSE está relacionada com custos de pessoal, que estão no cerne do FSE. Consequentemente, a Comissão propôs a possibilidade de o FSE calcular o total dos custos elegíveis do projeto com base nos custos de pessoal diretos, acrescentando 40 % ao montante destes custos. Esta taxa é fixada pelo regulamento e, por isso, não tem de ser justificada para utilização por parte das autoridades nacionais.

São introduzidos alguns procedimentos mais simples relativos a subsídios de menor valor com vista a facilitar a utilização de opções de custos simplificados estabelecidos numa base transparente: Relativamente aos subsídios inferiores a 100 000 euros, é possível obter um projeto de orçamento a partir das opções de custos simplificados específicas relacionadas com o projeto. Este orçamento será arquivado pela autoridade de gestão como documento de apoio para justificar a opção de custos simplificados. Todavia, os pagamentos efetuados ao projeto terão por base exclusivamente as opções de custos simplificados e não o próprio orçamento.

A simplificação é uma responsabilidade conjunta

Embora a Comissão possa simplificar certos procedimentos, apenas os Estados-Membros podem simplificar os procedimentos impostos aos beneficiários. Este facto deu origem a queixas de alguns setores que consideram que os Fundos Estruturais não valem o esforço envolvido. Em certos casos, as propostas de regulamentos da UE introduzem possibilidades, e não obrigações, de simplificação que é necessário aplicar e implementar a nível nacional e regional para que as vantagens da referida simplificação se façam sentir junto dos beneficiários. Em certos Estados-Membros e regiões, a implementação de alterações pode demorar muito tempo. As avaliações realizadas demonstraram que, em certas áreas, existe o risco de se acrescentar requisitos nacionais adicionais aos requisitos da UE. Este facto limita o efeito das simplificações sobre a carga colocada sobre os beneficiários nos termos propostos a nível da UE. Assim, competirá aos Estados-Membros e às autoridades responsáveis pelos programas tomar medidas para evitar a introdução de requisitos e verificações desnecessários e adicionais. Isso é possível, por exemplo, através da realização de autoavaliações regulares de modo a garantir que não sejam introduzidos procedimentos ou práticas adicionais.

A simplificação da política de coesão é uma responsabilidade conjunta de todas as partes interessadas da política de coesão. O trabalho desenvolvido até ao presente e as propostas constantes no pacote legislativo constituem apenas o primeiro passo. A Comissão trabalhará com os Estados-Membros e o Parlamento Europeu para introduzir um quadro legislativo claro e estável. Será necessário que os Estados-Membros, assim como as autoridades de gestão, certificação e fiscalização tomem medidas para garantir que os quadros nacionais e regionais não acrescentem detalhes desnecessários. Durante o período de 2014-2020, todas as partes interessadas da política de coesão terão de evitar a introdução de verificações ou procedimentos desnecessários e adicionais.

De que modo saberemos se fomos bem-sucedidos?

A Comissão procedeu a uma avaliação das suas propostas e os resultados apontam para a possibilidade de uma redução substancial da carga administrativa sobre os beneficiários, o que, em grande medida, está associado à mudança acentuada da gestão baseada em papel para a governação eletrónica. As regras de elegibilidade mais simples e mais harmonizadas, assim como prazos mais reduzidos de retenção dos documentos, podem igualmente ter um efeito importante sobre a carga global dos beneficiários.

As alterações legislativas a nível da UE carecem de ser complementadas por esforços a nível nacional e regional com vista a reduzir a complexidade no que respeita aos beneficiários. Nestes termos, propõe-se que cada Estado-Membro se comprometa com objetivos claros a este respeito. Com um esforço conjunto a nível da UE, nacional e regional, será proposta uma redução de 25 % da carga global dos beneficiários a nível da UE em comparação com o período de 2007-2013. A proposta da Comissão prevê ações a realçar nos programas de modo a obter-se uma redução da carga administrativa no que respeita aos beneficiários.

Com vista a aferir a redução da carga administrativa, existem várias abordagens metodológicas. Em grande medida, as avaliações voltadas para o futuro baseiam-se em dados históricos e pareceres de peritos, servindo para determinar o rumo que o impacto tomará e a sua provável grandeza. No entanto, há uma grande margem para realização de estimativas. Nestes termos, torna-se necessário realizar uma avaliação ao impacto real no terreno após a implementação das alterações de modo a fornecer informações para o próximo período de programação.

A avaliação realizada pela Comissão demonstra que o potencial de simplificação e redução dos custos administrativos a nível nacional e regional é importante. Todavia, a proposta prevê igualmente novos elementos e estabelece novas obrigações aos Estados-Membros de modo a melhorar a orientação do desempenho da política de coesão e aumentar a garantia. Assim, no caso das administrações nacionais e regionais, é provável que as propostas promovam uma mudança no esforço administrativo desenvolvido com vista à obtenção de melhores resultados e um impacto maior da política no terreno. A ênfase da Comissão centra-se na flexibilidade de criação de programas e estruturas de gestão que permitam a gestão em contextos nacionais ou regionais específicos, assim como esquemas mais proporcionais, que equilibrem os custos e os benefícios associados a diferentes tarefas.

O que posso fazer?

Segundo as estimativas, o potencial destas propostas de simplificação, visando aliviar a carga administrativa sobre os beneficiários, é substancial. No entanto, o segredo é a necessidade de todas as partes envolvidas contribuírem para se obter o potencial pleno da simplificação.

As partes interessadas, por via da parceria, podem desempenhar a sua função de modo a garantir que a simplificação seja objeto da atenção adequada na conceção e implementação dos programas operacionais.

As autoridades de gestão, as autoridades de certificação e as autoridades de fiscalização podem participar de modo a garantir que a legislação e as regras nacionais em vigor aproveitem ao máximo os elementos de simplificação e podem, também, tomar medidas que impeçam que as regras a nível nacional/regional se tornem demasiado complicadas.

As autoridades nacionais podem realizar uma análise minuciosa e tomar medidas a nível nacional de modo a explorar o potencial da simplificação à luz das possibilidades novas e melhoradas apresentadas nas propostas da Comissão no que refere aos regulamentos de política de coesão para 2014-2020. Além da introdução de novos métodos no sistema, atividades como a promoção de boas práticas, a aprendizagem com outros Estados-Membros e a formação de pessoal terão um impacto positivo na simplificação.

Sugestões da Comissão sobre como manter a simplicidade

- 1 Ênfase** – Uma estratégia e uma ênfase claras relativamente a áreas bem definidas garantirão a possibilidade de desenvolvimento, em devido tempo, de esquemas de apoio. Paralelamente, uma ênfase mais clara significa a existência de menos esquemas de apoio e o envolvimento de menos autoridades, facto que permitirá uma redução dos custos.
- 2 Explorar sinergias** – Programas e projetos integrados, um quadro legal comum a nível nacional ou regional, comités de acompanhamento conjuntos, sistemas de gestão e controlo comuns: todas estas possibilidades facilitam uma abordagem personalizada em termos de sistemas.
- 3 Adotar processos digitais** – A implementação da política de coesão envolve o processamento de enormes quantidades de informações necessárias não só para a gestão, mas também para a apresentação de relatórios. Embora os Estados-Membros tenham apresentado progressos no que respeita à troca eletrónica de informações no seio das administrações, a comunicação com os beneficiários continua a ser efetuada em grande medida em papel. Além de isso constituir uma grande carga para os beneficiários, esse facto implica igualmente a transcrição de enormes quantidades de dados por parte da administração, pelo que seria possível reduzir os custos adicionais. Por esta razão, as propostas da Comissão estabelecem uma obrigação para que os Estados-Membros prevejam a possibilidade de intercâmbio de dados informatizados com os beneficiários até ao final de 2014. É possível obter ganhos de eficiência adicionais indo mais além dos requisitos regulamentares, isto é, por via do desenvolvimento de serviços eletrónicos comuns para os beneficiários dos Fundos do QEC (e de fundos nacionais) e da utilização eficiente dos registos públicos (registos de empresas, bases de dados fiscais, etc.).
- 4 Utilizar instrumentos financeiros** – Depois de instituídos, os instrumentos financeiros permitem uma maior alavancagem, eficácia e eficiência na utilização dos Fundos, em especial com o envolvimento adequado do setor privado. A complexidade pode ser ainda mais reduzida com a utilização de instrumentos financeiros instituídos a nível da UE ou com a utilização de condições normalizadas estabelecidas pela Comissão.
- 5 Aplicar custos simplificados** – Em certas áreas, o reembolso com base nos custos reais continua a ser a abordagem melhor e mais simples que existe. Todavia, em muitos outros casos, os custos simplificados apresentam-se como uma alternativa mais eficiente. As taxas fixas e os custos unitários estabelecidos a nível da UE poderão facilitar a utilização económica destas opções, uma vez que as metodologias de desenvolvimento a nível nacional não são necessárias. A possibilidade de utilizar os custos simplificados aplicados às políticas da UE e esquemas de apoio nacionais, assim como utilizar projetos de orçamento (no caso do FSE), limita igualmente o investimento inicial do esforço necessário por parte do Estado-Membro.

- 6 Experimentar Planos de Ação Conjunta** – Os Planos de Ação Conjunta representam um passo na direção da gestão baseada em resultados, tendo por base um alargamento dos princípios de custos simplificados a todos os tipos de operações. A longo prazo, a opção pela implementação de, pelo menos, operações piloto na forma de Planos de Ação Conjunta poderá, desse modo, ser de utilidade.
- 7 Avaliar os riscos envolvidos e adaptar** – A proposta da Comissão prevê um sistema em que o esforço administrativo está relacionado com os riscos envolvidos. Isto aplica-se, em particular, aos controlos de gestão e à fiscalização, que, em ambos os casos, devem ser ajustados aos riscos. Embora no caso da fiscalização os ajustamentos devam fundamentar-se em regras comuns a nível da UE e acordos com a Comissão, a frequência e a cobertura dos controlos de gestão devem ser determinados por cada autoridade de gestão.